

A POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA NAS PROPOSTAS CURRICULARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DOS ANOS 1980 À FORMULAÇÃO DA BNCC

Isabel Camilo de Camargo¹

1. Pós-doutoranda em Educação pela UFMT/Rondonópolis, bolsista Capes. Supervisor: Prof^o. Dr^o. Aguinaldo Rodrigues Gomes.

Resumo

O presente trabalho pretende analisar como a população negra aparece nas propostas curriculares para o ensino de história, bem como as mudanças ocorridas durante a década de 1980 até a formulação da proposta final da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio em 2018. O objetivo é entender as propostas e suas modificações em relação aos contextos sociais e políticos das mudanças ocorridas a partir da década de 1990 até a discussão atual sobre a formulação da BNCC. O recorte temporal se dá porque no fim da década de 1980 houve modificações na concepção de história ensinada nas escolas e na academia. As principais referências utilizadas foram Bittencourt (1993), Coelho & Coelho (2014) e Lopes (2004).

Palavras-chave: Currículo; população negra; História.

Apoio financeiro: Bolsa Capes.

Introdução

O presente trabalho busca discutir como a população negra aparece nas propostas curriculares para o ensino de história, bem como as mudanças ocorridas durante a década de 1980 até a formulação da proposta final da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. O objetivo é entender as propostas e suas modificações em relação aos contextos sociais e políticos das mudanças ocorridas a partir da década de 1990 até a discussão atual sobre a formulação da BNCC.

Escolhemos este período porque com o processo de redemocratização, inaugurou-se o chamado “tempo de repensar”. Ou seja, a disciplina história deixava de ajustar-se aos interesses do Estado autoritário para ser pensada para servir a sociedade democrática.

No fim da década de 1980 houve modificações na concepção de história ensinada nas escolas e na academia. O marxismo começa a perder espaço acadêmico em detrimento da nova história francesa característica da Terceira Geração dos Annales e da história social inglesa. O impacto nas escolas se fez sentir nas escolas apenas a partir dos anos 2000. Entretanto, no final dos anos 1990, os professores já vinculavam nas aulas temas característicos da cultura e orientavam os alunos a perceberem a história com novo olhar (MATHIAS, 2011).

As concepções vindas da história social inglesa, na qual Thompson é um grande nome, trouxeram para o ensino de história a inserção e o enfoque para grupos de pessoas que antes não eram vislumbrados: negros, operários, mulheres, em suma, pessoas comuns.

Na década de 1990, perpassando os debates sobre os possíveis rumos do ensino brasileiro, houve algumas reformas educacionais e a aprovação das Leis de Diretrizes e Bases Nacionais 9.394/96, culminado na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) entre os anos 1997 e 1998.

Para Mathias (2001), essas reformas não devem ser entendidas no contexto do desenvolvimento da educação, mas sim da economia. Mathias (2011) entende que as reformas buscaram um retorno à tecnocracia, ou seja, formar indivíduos com capacidades suficientes para atender as demandas da produção, sem se preocupar com a formação de cidadãos críticos acerca da sociedade. Além disso, a reforma objetivava obter resultados, padrões de desempenho e indicadores de qualidade que estivessem de acordo com as metas liberais e da Organização das Nações Unidas.

Metodologia

Os documentos utilizados foram as legislações que tratam da Educação – como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e também da população negra, como o Estatuto da Igualdade Racial. O objetivo dos PCNs era ser uma referência para os Ensinos Fundamental e Médio, sem ter um caráter obrigatório. A ideia era que esse documento garantisse aos estudantes de todo o país, mesmo em situações socioeconômicas diferenciadas, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania.

Na formulação dos PCNs propuseram-se alguns temas transversais que deveriam aparecer no ensino de todas as séries e disciplinas do Ensino Básico, entre eles, está a pluralidade cultural. A concepção do documento é que

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao

aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal¹.

Tal concepção é importante para a pesquisa, pois colabora para refletir sobre o papel da população afro-brasileira no ensino de história, bem como, a forma que elas são abordadas em diversos materiais didáticos. Com a pesquisa, busca-se compreender o entendimento do Estado sobre o que considera como pluralidade cultural, com enfoque para a contribuição negra para a história e a cultura brasileira, e a forma como esta é desenvolvida na prática, ou pelo menos, nos materiais didáticos.

Outra lei que referendou a temática da população negra, e em seu interior a pluralidade cultural, foi a Lei Federal nº 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura africana e afro-brasileira”. Jesus (2012) enfoca que o ensino de história que trata da história e da cultura da população afro-brasileira possibilita repensar a nossa memória histórica e identidade nacional. Ele ressalta que a grande diversidade de culturas, línguas, tradições, etnias e religiões cruzou o oceano Atlântico por quase quatro séculos na bagagem cultural das pessoas trazidas para serem escravizadas (JESUS, 2012). Atualmente, temos o debate acerca da concepção e formulação da BNCC, bem como a sua edição no final de 2018. Importante ressaltar, que buscamos compreender como fica a temática da pluralidade cultural e da contribuição negra e afro-brasileira no ensino com essa nova lei.

Em 2010, foi instituída a Lei 12.288 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, que objetivava “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”². Importante lembrar que essa lei foi criada após o Brasil assinar um Tratado Internacional na Convenção Internacional sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966.

A Lei 12.288 é importante porque vem cancelar a lei 10.639, pois reconhece que no Brasil existe desigualdade racial e que é necessário superá-la, sendo que as políticas públicas e as ações afirmativas têm um papel importante para se efetivar a mudança. A Seção II da Lei 12.288 discorre sobre a Educação, além de confirmar a lei 10.639, postula-se que os temas referentes à história da população negra deve ser ministrada em todo o currículo escolar. Além disso, o Poder Executivo federal deve fomentar a formação iniciada e continuada de professores.

Concordamos com Lopes (2004), ao dizer que a política curricular é uma política cultural, porque o currículo se forma com uma seleção da cultura, do conhecimento. Sua composição é um campo de embate entre sujeitos, concepção de conhecimentos e de mundo.

Coelho e Coelho (2013) analisam que a forma que a história e cultura afro-brasileira vêm sendo representada nos currículos escolares – discurso de boa convivência e respeito às diversidades – não rompe com a ideia de subalternização que a memória histórica relegou aos descendentes de africanos escravizados e forros, apesar de ter contribuído para melhorar a autoestima de alunos afrodescendentes.

Resultados e Discussão

Entendemos que o questionamento das relações étnico-raciais no Brasil e a discussão de uma perspectiva decolonial no ensino pode contribuir para a construção de uma visão crítica pelo aluno. Saviani (2007) explica que, a partir da década de 1990, “a educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilite as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis” (SAVIANI, 2007, p. 428). Frente a este quadro, percebemos que, muitas vezes, o debate existente no currículo não possibilita que os alunos da rede pública de Ensino entendam a realidade ao seu redor e falta-lhes meio, devido à precarização da escola, para ter uma formação que os habilite a competir por bons empregos.

Saviani (2007) explana que a ordem econômica atual assenta-se na exclusão, e por isso haveria a formação de uma “pedagogia da exclusão”, a qual ensina os alunos a introjetar a responsabilidade caso eles não consigam uma inserção no mercado de trabalho. Essa concepção revela uma perspectiva muito triste – sem conseguir historicizar sua posição no mundo, sem entender como o racismo e o preconceito social ocorrem no Brasil, com má qualificação profissional, esses jovens “deverão” entender que eles são os únicos responsáveis pela sua exclusão; pois não conseguirão enxergar o contexto mais geral da configuração do mundo econômico/capitalista atual. Sem conseguir “se ver” no mundo, os jovens não terão ferramentas para lutar contra a realidade que lhe é imposta, não se perceberão como parte de uma realidade calcada na exclusão, e que parte disso foi pensada por líderes políticos e econômicos mundiais e não só por escolhas que ele fez no decorrer da vida.

Conclusões

Percebemos que a durante as revisões teóricas da História, passou-se a dar ênfase à participação de pessoas comuns. Nesta mudança de paradigma, começa-se a questionar-se, no Brasil, a contribuição dos afro-brasileiros para a formação de nosso país. Ainda que a legislação educacional tenha dados passos importantes nos últimos anos, ainda é possível ver nas aulas de História, e no Ensino como um todo, um silêncio ou somente

¹ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares nacionais: terceiros e quartos ciclos: temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 121.

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acessado em 12/11/2018.

discussões pontuais, principalmente em datas comemorativas, sobre as contribuições sociais, econômicas e culturais da população negra.

Algumas indagações sobre a influência da BNCC na formação dos jovens e sua contribuição para pensar sobre a população negra brasileira só poderão ser respondidas após algum período de sua aplicação nas escolas. Será que teremos como base um ensino crítico, que buscará compreender a diversidade étnico-racial de nosso país para buscar diminuir gradualmente os preconceitos raciais e sociais? Ou será que os currículos escolares privilegiarão conhecimentos básicos de diversas áreas e cursos profissionalizantes rápidos, sem buscar uma maior profundidade, formando um exército de mão de obra barata e sem especialização, dificultando a formação de uma identidade profissional e social? O tema é importante, pois se refere ao futuro dos jovens de nosso país e a estrutura social e econômica da nossa sociedade.

A criação e a modificação de propostas curriculares traz à tona discussões acerca do processo de seleção e produção de saberes, de visões de mundo, de embates entre sujeitos, concepções de conhecimento e questões econômicas maiores. Buscar entender como a população negra brasileira aparece nesses debates, é uma busca pela compreensão de como certa parcela da população, a que chancela a proposta curricular, concebe a contribuição intelectual e cultural dos afro-brasileiros. Concomitantemente a isso, percebemos que o movimento social negro logra por reconhecimento e pela efetivação das leis que resguardam seus direitos e de uma educação que abrigue a diversidade de povos e culturas.

Referências bibliográficas

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da História sagrada à História profana. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH. V. 13; n. 25/26; set. 1992/ago. 1993.

COELHO, Wilma Nazaré Baía & COELHO, Mauro Cezar. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. IN: **Educar em Revista**. nº 47, p. 67-84, 2013.

JESUS, Fernando Santos. O "negro" no livro didático de história do Ensino Médio e a Lei 10.639/03. IN: **Revista História & Ensino**. Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? IN: **Revista Brasileira de Educação**. Nº 26. Maio – Agosto/2004.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. IN: **Revista História Unisinos**. Vol. 15. Nº 1 - janeiro/abril de 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007 (Coleção memória da Educação).